



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE PEDAGOGIA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO
E
APRENDIZAGEM DOS DISCENTES**

FLAVIANA ALVES DE LIMA

L70

CAJAZEIRAS

2010

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO
E
APRENDIZAGEM DOS DISCENTES**

Monografia de conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de
Formação de Professores da Universidade Federal de
Campina Grande.

ORIENTADORA: Prof^a Msc. Nozângela Rolim Dantas

CAJAZEIRAS

2010



L768e Lima, Flaviana Alves de.
Educação inclusiva e o processo de socialização e aprendizagem dos discentes / Flaviana Alves de Lima.-
Cajazeiras, 2010.
28f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2010.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação inclusiva. 2. Socialização. 3. Escola inclusiva - Sousa - Paraíba. 4. Aprendizagem. I. Dantas, Nozângela Rolim. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

DEDICATÓRIA

À Deus, Mestre e Senhor de todo o universo, a quem eu temo e agradeço por tudo, que me deu forças durante toda minha caminhada; iluminado na luta pela concretização dos meus ideais.

A minha família que sempre me dar forças, carinho, compreensão e que não mediu esforços para que force realizada mais uma etapa na minha vida.

Aos meus amigos educadores que dividiram comigo essa batalha na luta por uma melhor educação e que se dedicaram com amor à profissão.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, ao Pai Criador de todas as coisas, que iluminou e guiou-me para realização do meu sonho. A minha família a qual me deu força e coragem para superar os obstáculos que surgiram no decorrer do Curso de Pedagogia. Ao meu esposo que esteve sempre presente, incentivando e ajudando quando necessário e, por fim a professora Nozângela Dantas que, com muita paciência, orientou-me para o desenvolvimento desse trabalho. Por fim, agradeço a Professora Geny Ferreira e aos alunos, que me acolheram para a realização do meu estágio e pesquisa.

RESUMO

O trabalho trata da necessidade de compreender como se dá o processo da Educação Inclusiva de pessoas com deficiência, uma vez que essa proposta busca a integração pessoal e social dessa população. No processo de desenvolvimento, procurou-se levar em consideração todo um contexto histórico, político, social, cultural e econômico das pessoas com deficiência, pois não basta resumir a inclusão aos números de matriculados na escola. A presente pesquisa buscou, a partir da perspectiva dos alunos do 3º ano de uma escola inclusiva da cidade de Sousa/PB, verificar como ocorre a socialização, em uma sala de aula com 18 alunos “ditos normais” com os que têm deficiência. Para tanto, fez-se uso de um roteiro de entrevistas semi-estruturado, deixando-os livres para colocarem suas idéias e posicionamentos. Na análise dos dados, procurou-se contextualizar as respostas de cada um dos sujeitos. Sendo assim, observou-se no decorrer desse trabalho, que se faz necessário que todos participem da Inclusão para que ela ocorra de fato. Logo, aprender a trabalhar com a inclusão tornou-se um desafio, tanto para os docentes, como para as escolas e a comunidade. É importante que o professor entenda que é essencial aprender sempre mais e que a aprendizagem docente é permanente e se faz de diferentes formas e em diferentes lugares. Sendo assim, a educação inclusiva não se refere somente ao terreno educativo. Ela está presente tanto no convívio social, como na inserção e participação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Isso se dá, a partir do processo educativo, pois o mesmo ajuda a adquirir habilidades, que são utilizadas na escola, em casa, no lazer e no trabalho. Portanto, este estudo nos leva a uma reflexão que envolve a importância da Educação Inclusiva na vida das pessoas com deficiência.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão. Socialização. Aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 Educação Inclusiva: Sua evolução histórica.....	10
1.2 As mudanças necessárias à constituição da Educação Inclusiva	10
1.3 Inclusão: Caminho para uma Prática Pedagógica reflexiva na educação .	13
1.4 O enfoque da educação inclusiva: Formando docentes para atuar na diversidade	14
1.5 Inclusão Social e Educacional.....	17
2 PERCUSO METODOLÓGICO.....	21
2.1 Tipo de Estudo e local da Pesquisa	21
2.2 Coleta de Dados.....	21
2.3 População e Amostra	22
2.4 Análise dos Dados.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
APÊNDICE – Roteiro de Entrevista	25

A educação inclusiva, que está sendo efetivada nos dias de hoje, é fruto de várias discussões e transformações ao longo da história. Antigamente, as pessoas com alguma deficiência física ou mental eram eliminadas do convívio social em função do ideal de perfeição. Na idade média, as pessoas deficientes eram vistas como portadores de doenças contagiosas e como pessoas possuídas pelo demônio. Já na Idade Moderna, impulsionada pelo mercantilismo, o deficiente era considerado incapaz; estigma que se arrasta até os dias de hoje, tendo em vista que o portador de deficiência tem dificuldades de se introduzir no mercado de trabalho e que a inclusão do aluno especial na escola ainda encontra muitos obstáculos (LIMA, 2006).

Sendo assim, o presente estudo que tem como tema geral a “Inclusão de alunos com necessidades Especiais nas séries iniciais do Ensino Fundamental I” foi realizado na escola de Ensino Fundamental Genir Ferreira, localizada na cidade de Sousa – PB.

Esse tema surgiu da necessidade de avançar na discussão voltada para a compreensão de uma educação de qualidade, respeitando o direito de cada pessoa de crescer como cidadão consciente dos seus direitos e deveres garantidos pela constituição. Por se tratar de uma nova tendência a desenvolver programas que correspondem à necessidade de todos, como escolas que garantam o acesso e condições favoráveis para alunos especiais; profissionais capacitados para enfrentar o desafio de viver na prática com a diversidade: família, escola e sociedade integrada, leis que garantem uma vida sócio-econômica.

É importante termos clareza de que o que faz a diferença na educação dos alunos com deficiência, não é se a escola é especial ou se é uma escola da rede regular de ensino; mas sim, a importância de como esse trabalho está sendo desenvolvida. Portanto, o mais importante é que a escola tenha uma proposta pedagógica que atenda as necessidades dos alunos com deficiência e que ofereça capacitação para a comunidade escolar.

Sendo assim, fala-se muito em educação inclusiva. No entanto, a realidade nos mostra que nem todas as instituições têm recursos para desenvolver um

trabalho que atenda às necessidades psíquicas e físicas dos alunos com deficiência. Segundo os Parâmetros Curriculares da Educação Infantil, é um direito assegurado pela Constituição de 2008 e pela LDB (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, foi-se criado os seguintes objetivos no intuito de analisar relações de socialização entre os grupos de crianças especiais e as ditas "normais"; identificando o relacionamento dos educandos com necessidades especiais na sala de aula com os outros educandos, como também, refletir sobre a aprendizagem dos educandos com deficiência na escola regular.

A educação destinada às "pessoas diferentes", foi por muito tempo, considerada como diferenciada da educação regular. Essa diferença estava relacionada tanto ao tipo de aluno que a recebia, como também atender os mesmos, com objetivo de favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, podemos considerar que a educação tem como objetivo principal oferecer condições às pessoas com deficiências para que estas tivessem dentro do possível, uma vida tão normal quanto à dos seus colegas, na promoção de uma socialização mais justa e humana.

Colocar o aluno com deficiência no sistema de ensino regular, no entanto, tem que haver uma preocupação de lhe oferecer os recursos necessários para a integração desses com outros alunos e com a comunidade.

Entretanto, a idéia de integração ainda não era o almejado pelo movimento que desejava ver as pessoas com deficiência, como sujeitos de seu processo pessoal e social. Para Sasaki (1997, p.30), a "integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos". Nesse sentido, podemos considerar que o movimento de integração se referiu aos processos relacionais, ou seja, às integrações entre deficientes e não deficientes. A integração, como um processo psico-social, era defendida em suas várias formas, desde a proximidade física até a integração institucional. Nas classes comuns, a verdadeira inclusão social deve ser, além de um conceito, um ato. Inclusão difere de integração.

Sendo assim, não basta integrar, mas é preciso incluir e, inclusão significa o respeito à diferença, um conhecimento acerca das impossibilidades do sujeito diferente, estabelecendo ao mesmo tempo, mudanças do foco para as suas

potencialidades, as quais serão enfatizadas prioritariamente visando á melhoria do atendimento educacional no Brasil.

Mas, para que ocorra a inclusão é de fundamental importância uma integração na equipe gestora da escola, que se comprometa com a proposta inclusiva, estimulando os demais colegas e alunos, além de apoiar os professores na sua realização.

São medidas simples, mas de grande impacto na educação que refletem a preocupação de suprir o sistema de um atendimento a esse segmento da população; envolvendo entre outros aspectos, a necessidade de capacitar pessoas docentes e técnicas para a implantação de serviços, em diferentes níveis e tipos de ensino, desde a educação infantil até o treinamento profissional.

Sabemos que a inclusão está fundada na dimensão humana e sócio-cultural, procurando enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas.

Nessa linha de ação, surge o conceito de necessidades educacionais especiais, que se refere a todas as crianças ou jovens; cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem, tendo portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade.

Assim, o desafio que enfrentam as escolas é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança. Para Mantoam (2003, p.53):

Num país como o Brasil, a escola regular é, para muitos, o único lugar de acesso aos conhecimentos mínimos necessários para viver nesta nossa sociedade, queríamos ou não, globalizada. Para a maioria dos alunos, pobres – por pertencerem a um país que por muitos anos sofreu a marginalização, primeiro por parte dos conquistadores e depois por parte do capital, a escola é a única chance que têm para conseguir as condições básicas para se desenvolverem e se tornarem cidadão, para ganharem uma identidade sociocultural e uma vida digna, livre e feliz.

Esse conceito é bastante abrangente, tornando-se importante que a escola esteja alerta para que não sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, com dificuldades de aprendizagem ou deficiências do aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua

prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para a diversidade.

A inclusão é um processo complexo que configura dimensões ideológicas, sócio-cultural, política e econômico.

Nessa linha de pensamento, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida: o cotidiano, o coletivo, e a classe comum; onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender a terem acesso ao conhecimento, à cultura e progredir nos aspectos pessoal e social.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Educação Inclusiva: Sua evolução histórica

No decorrer da história a partir de 1981, em Assembléia Geral das Nações Unidas, foi estabelecido o ano Internacional das pessoas com Deficiência. Nesse ano, através do Decreto Nº 84.914/1981, foi criada uma comissão no âmbito nacional para definir uma ação integrada prioritária de integração e normalização, abrangendo programas para a conscientização, prevenção, educação especial, reabilitação, capacitação profissional e acesso ao trabalho, envolvendo áreas governamentais e a sociedade civil, (MARTINS, 1993, P. 11).

Com o movimento de uma educação para todos, o governo buscou ampliar o alcance da Educação Especial aos que dela necessitam. Para tanto, precisou elaborar um novo plano, com princípios norteadores, como: a participação, que implica o envolvimento de todos os setores da sociedade ou, seja, a expansão do atendimento, aos municípios e as prefeituras, para que possam incluir o aluno com deficiência na sociedade. Assim, os mesmo podem levar uma vida normal, com respeito as suas limitações, através de uma política educacional, que possa assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.

1.2. As mudanças necessárias à constituição da Educação Inclusiva

De acordo com o pensamento de Lima (2006), a necessidade da construção de uma escola inclusiva e, conseqüentemente de uma sociedade inclusiva, esbarra na necessidade de promover transformações diversas no sistema educacional.

Sob a mesma perspectiva Mantoan (2003, p. 24) esclarece que:

[...] A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiências e os que apresentam dificuldades de

apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.”

Assim, observa-se a partir das diretrizes da LDB, que a Educação Inclusiva tem por objetivo ampliar a compreensão dos processos de aprendizagem, confirmada em seu capítulo VI, que se refere aos Profissionais da Educação.

Art. 61º. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Entretanto, essa formação tão exigida na LDB, suscitar discussões e se constitui um entrave à execução de educador inclusivo. A insegurança e o despreparo do professor diante do aluno deficiente é um aspecto que dificulta a consolidação da educação inclusiva (LIMA, 2006).

Outra dificuldade à Educação inclusiva, segundo Mantoan (2003) está relacionada aos pais de alunos sem deficiência, que acreditam que a presença de alunos deficientes acarretará na redução da qualidade do ensino. Lima (2006, p. 32) enfatiza o preconceito dos pais afirmando:

Outra dificuldade que, muitas vezes, apresenta-se para a constituição de uma escola inclusiva diz respeito à possibilidade que preocupa alguns pais de que a convivência com alunos com deficiência poderia trazer dificuldades para as outras crianças sem deficiências.

Alguns pontos críticos relativos à consolidação da inclusão são evidenciados por Shimid (2008) ao destacar o despreparo estrutural e funcional da escola para lidar com os alunos especiais. A autora compreende que a aceitação de um aluno especial numa turma regular se confrontará com o estigma, que associado à um estereótipo negativo, dificulta a interação entre o portador de necessidades especiais e os demais alunos. Acrescenta ainda, que o preconceito se constitui num

dos principais aspectos que limitam a implicação do acesso à educação inclusiva. Galvão Filho e Damaceno (2002, p. 26), ratificam o pensamento de Shimid ao enfatizar que “Outra dificuldade que as limitações de interação trazem são os preconceitos a que o indivíduo com deficiência está sujeito”.

A partir dessa reflexão, observa-se que a consolidação da educação inclusiva constituiu-se um desafio para todos aqueles que acreditam na construção de uma sociedade igualitária, onde todos possam ter voz e vez; independente da sua classe social, religião e deficiência. Portanto, a educação inclusiva, na medida em que for sendo implementada, seja inclusiva de fato, e não seja mais uma modalidade de ensino imposta e realizada de qualquer maneira. Ela requer dedicação e formação de quem a exerce. Se esse mínimo for cumprido, conforme está estabelecido na LDB, todos terão uma educação de qualidade e cidadania.

1.3. Inclusão: Caminho para uma Prática Pedagógica reflexiva na educação.

A inclusão é um processo dialético, complexo, pois envolve a esfera das relações sociais interpessoais vividas na escola. No seu sentido mais profundo, vai além do ato de inserir de trazer a criança para dentro do centro de educação infantil; significando no envolvimento, na compreensão, na participação e na aprendizagem do educando.

Assim, no processo de inclusão, a criança com necessidades educativas especiais não podem ser vista apenas por suas dificuldades, limitações ou deficiências. Ela deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa de possibilidades e desafios a vencer, de forma que os laços de solidariedade e afetividade não sejam quebrados.

Nesse contexto, a inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino deve permitir a expressão das diferenças e dos conflitos; fazer valer a liberdade e a sabedoria; facilitar a convivência com o diferente, tanto do ponto de vista dos valores como dos costumes, das crenças, da religião, da expressão artística, das capacidades e da expressão de suas limitações.

Na sociedade democrática, as relações sociais entre os indivíduos devem estar sustentadas por atitudes de respeito, eliminando o preconceito entre as pessoas consideradas diferentes. Portanto, podemos considerar que a tão almejada

educação para todos, reivindicada ao longo dos anos, vem novamente sendo buscada através de medidas que visam a garantir a igualdade entre os homens. Tais medidas, até pouco tempo atrás, pareciam impossíveis e que, aos poucos, estão sendo implementadas. Mas é preciso que sejam, efetivamente garantidos os direitos dos cidadãos.

Em 1994 na Espanha, houve uma conferência, onde a mesma foi reafirmada o compromisso com a educação para todos, vindo às escolas regulares a serem percebidas como:

Os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; para, além disso, proporcionar uma educação adequada à maioria das crianças e promover a eficiência, numa ótima relação custo – qualidade de todo o sistema educacional (Vera Lúcia, 1999, p.9).

A autora orienta que haja uma reorganização de práticas educativas nas escolas, de maneira que acolha todas as pessoas que as procuram, independentemente das condições que apresentem. O processo de inclusão vem sendo em nosso país, desafiador, de forma ainda lenta, o desejo de ampliar uma educação de qualidade para todos.

Neste sentido, a inclusão de acordo com a Declaração de Salamanca na Espanha em 1994, deixa claro que a escola deve atender a diversidade do alunado e precisa criar meios para bem acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais.

Sendo assim, o movimento em prol da inclusão busca beneficiar a todos, uma vez que desenvolva sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e solidariedade humana, baseados em princípios defendidos pelos direitos humanos, como o direito de todas as pessoas.

Neste sentido, o olhar é direcionado ao aluno para as respostas educativas que a escola possa oferecer, privilegiando o sucesso de todos.

Assim, passamos a entender escola inclusiva como:

Um lugar onde todos fazem parte, onde todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da

comunidade escola, para que suas necessidades educacionais sejam satisfatórias. (Vera Lúcia 1999, p.47)

Portanto, a escola inclusiva é aquela que se encontra aberta para todos os alunos, á medida que: acolhe, educa, e ensina a todos ao mesmo tempo, respeita as diferenças individuais, estimulando em especial o desenvolvimento da capacidade do aluno em aprender. Ao mesmo tempo, procura desenvolver um processo contínuo de melhoria da escola, com a finalidade de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos.

1.4. O enfoque da educação inclusiva: Formando docentes para atuar na diversidade

O professor, ao procurar atuar numa perspectiva inclusiva, desenvolve atitudes que se encaixam numa visão prática e reflexiva, ou seja, o professor é desafiado constantemente a sobrepor a concepção tradicional, passando a analisar as suas práticas, resolver problemas e criar novas estratégias utilizando teoria e prática.

Para Canário (2000, p.9), essa nova escola mais do que uma simples formação universitária exige do professor um aprimoramento do trabalho na escola.

A função do professor deverá se organizar em quatro pólos: como analista simbólico, que equaciona e resolve problemas; como profissional das relações entre pessoas e saberes; como artesão, que constrói e reconstrói o seu saber profissional permanentemente; e como construtor de sentido para as ações educativas.

Assim, a formação do professor passa a ser compreendida como parte significativa de um processo de mudanças, que visa a promover a aquisição de uma nova competência de ensino, permitindo responder adequadamente às necessidades dos alunos, ao mesmo tempo em que desenvolve atitudes positivas diante da diferença refletindo suas práticas pedagógicas, seus valores e suas crenças entre outros aspetos.

Barbosa (2001), enfatiza que a pedagogia da inclusão esta baseada em dois importantes argumentos: mostra a eficácia da educação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades; e baseado-se em conceitos

éticos de direitos do cidadão, enfatizando que as escolas devem ser construídas para promover a educação de todos.

Nesta perspectiva, o professor necessita de uma formação que contemple não só a teoria e a prática, mas também uma instrumentalização dessa prática numa perspectiva educativa. Cabe, portanto, as instituições de formação docente, rever seus cursos profissionalizantes, oferecendo condições necessárias para o exercício de sua profissão e enfatizando também, a perspectiva inclusiva.

A proposta de capacitação dos professores, na formação inicial e continuada, tem como objetivo levar esses profissionais a uma reflexão constante sobre a sua prática escolar, de modo que possam aprender com suas próprias experiências e compartilhando com seus colegas, tanto suas vitórias como também o que não deu certo na sua sala de aula.

A inclusão depende, não somente de uma reforma legal, mas também do pensamento de seus professores e da escola no seu todo. A escola deve valorizar a formação inicial e continuada dos professores, a qual possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação democrática como é a escola para todos.

Lima (2002), em seu posicionamento, evidencia que a formação dos professores merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos estudantes sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula, porque os professores precisam desenvolver uma concepção da inteligência humana, entendendo-a como um processo contextualizado.

O processo de inclusão não é fácil. Por isso, torna-se desafiador e pleno de possibilidades para os educadores e para os educandos; pois a formação continuada e a consolidação dos saberes articulados as suas experiências movidas pelos desafios da educação inclusiva, são outras fontes inesgotáveis de capacitação para área em que atuam.

Sabemos que nas escolas especiais são desenvolvidas currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciadas, que se apóiam em materiais didáticos e que são usados por diversos profissionais para dar atendimento educacional aos alunos com deficiência. Mas a proposta da inclusão é

que as pessoas com deficiência freqüentem as escolas regulares, sem estarem restritas as escolas especiais, agrupando as deficiências em vez de excluí-las.

Por suas características, a escola especial de hoje é alvo de críticas pela sua concepção assistencialista e o fato de seus alunos serem considerados meros receptores de ações isoladas do Estado.

Tanto a escola quanto a classe especial, em vez de estimular, o desenvolvimento e a integração dos alunos, acabaram dificultando essas possibilidades ao impedir a convivência com os demais. Cria-se uma barreira psicológica contra os alunos deficientes, pois, ao constituir um grupo a parte, passam a ser alvo de discriminação, antipatia e rejeição (BRASIL, 2007, p.15).

Para Beyer (2006), estas idéias representam em parte, um equívoco ou preconceito, pois ao se fazer a retrospectiva de como foi introduzida à lei de obrigatoriedade escolar no Brasil, percebe-se o respeito à educação de todas as crianças; porém, as crianças com deficiência física e mental não tinham nem o direito de freqüentar a escola, nem obrigatoriedade de fazê-lo. Sendo assim, a escola regular não se ocupou delas.

O autor defende que o aparecimento das escolas especiais possibilitou as pessoas com deficiências ao seu acesso. Nessa perspectiva, possibilita-se o acesso de crianças com deficiências ao sistema escolar. É possível mesmo afirmar que a ausência desse acesso aumentaria a segregação, segundo o autor.

Portanto, o importante, nesse momento da história é fazer com que a inclusão venha acontecer para todos.

1.5. Inclusão Social e Educacional

Sabemos que a educação especial é uma área de ensino que tem por objetivo maior promover a inclusão. O termo inclusão, assim como aponta Barbosa(2006,p.36), possui uma verdadeira polissemia de sentidos, que devem ser

considerados quando se fala em inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular do ensino ao qual deve:

[...] permiti a expressão das diferenças e dos conflitos; fazer valer a liberdade e a sabedoria; facilitar a convivência com o diferente, tanto do ponto de vista dos valores como dos costumes, das crenças, da religião da expressão artística, das capacidades e das limitações.

Essa inclusão social e educacional é mais do que simplesmente dar acesso ao ensino as pessoas com necessidades especiais. É promover e participação efetiva desses alunos nas atividades diárias como estudo em grupo, leituras, construção de maquetes, pesquisas, organização de atividades esportivas, culturais que incluam danças, teatros, confecções de fantoches, entre outros. Essa inclusão tem que se apresentar no sentido pleno da palavra a qual remete e se contrapõe a exclusão. Segundo Forest e Pearpoint (1992,p.12):

Não basta que os alunos com necessidades especiais estejam integrados às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Isso significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente os "educáveis". Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos não somente as crianças rotuladas como diferentes.

Logo se faz necessária que a sociedade, de uma maneira geral, veja que as pessoas com deficiência são seres humanos dotados de sentimento e capazes de inúmeras possibilidades. Eles possuem grande potencial de trabalho e, portanto, nada justifica o seu isolamento do convívio com as outras pessoas, seja dentro ou fora da escola. Schmid, Coelho e Ribeiro(2008,p.58) chamam atenção apontando como uma das principais "competências do professor de alunos com necessidades educacionais especiais é auxiliar seu aluno no caminho da maior independência e autônoma possíveis".

Barbosa (2006) reafirma a reflexão de Schmid, Coelho e Ribeiro (2008) demonstrando que o docente, que desenvolve suas atividades na perspectiva da educação inclusiva, deve adotar atitudes que o levem a uma pratica reflexiva e desafiadora que sobreponha à concepção tradicional de ensino-aprendizagem.

“Para tanto, os professores precisam “analisar” suas práticas, a resolverem problemas, a criarem novas estratégias, utilizando conjuntamente teorias e práticas (BARBOSA, 2006, p.51)”

Sendo assim, a educação inclusiva compreende o direito a diversidade, definindo a educação como um direito humano, fundamental e como base para uma sociedade mais justa igualitária.

A inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o seu sentido se expande ao tanto para o convívio social, como para a inserção e participação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Daí a importância do processo educativo, pois o mesmo “possibilita a aquisição de novas habilidades, que usarão em suas casas, na escola no lazer e no trabalho (SCHMID, COELHO E RIBEIRO, 2008, p. 58)”.

Para Dyson (2001, p. 157):

Os alunos não podem considerar-se incluídos até que não adquiram as atitudes necessárias para participar na sociedade e no emprego e/ou até que as diferenças entre suas atitudes e as de seus iguais sejam consideráveis.

O referido autor vem mostrar que para que ocorra de fato a inclusão tanto as pessoas com deficiências como “ditos normais” têm que estarem abertos para acolher e para serem acolhidos. Ou seja, a pessoa com deficiência deve ter consciências de suas habilidades e limites, como o dito normal ter consciência de seus preconceitos para que possa existir respeito mútuo, promovendo a inclusão educacional como elemento formador de cidadania.

Incluir não se limita a tornar as pessoas com necessidades especiais participantes apenas da sociedade e da escola. Segundo Mantoan (2008, p.1) a inclusão,

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Nesse processo de interação na escola são ensinadas as primeiras regras de convivência em sociedade. É onde nos deparamos com pessoas diferentes que dividem o mesmo espaço. Logo, são determinados alguns limites de convivência e de respeito mútuo que devem ser seguidos, diferentemente das regras estabelecidas em nossa casa, que na maioria das vezes são maleáveis. No entanto, as atitudes discriminatórias perpassam todos os ambientes sociais, inclusive a escola, onde as ofensas, os apelidos, deboches devem ser conversadas e trabalhadas pelo professor com alunos.

[...] ter orgulho em ajudar alguém a conseguir ganhos importantes aparentemente impossíveis; ter oportunidades para cuidar de outras pessoas; agir consistentemente baseados em valores importantes, como a promoção da igualdade, a superação da segregação ou da defesa de alguém que é tratado injustamente; desenvolver habilidades na resolução cooperativa dos problemas, na comunicação, na instrução e na prestação de ajuda a pessoa; aprender diretamente sobre coisas difíceis, incluindo a superação do medo das diferenças; resolver problemas de relacionamentos ocorridos em sala; lidar com comportamento difícil, violento ou autodestruidos; lidar com os efeitos de questões familiares no coleguismo; enfrentar e apoiar um ao outro durante enfermidades graves ou a morte de alguém.

Ainda com relação a essa problemática da discriminação o professor ao buscar meios de convivência, que muitas vezes da certo, seria o de levantar para os alunos as regras de convivência para aquela turma. Esse exercício democrático, onde todos têm o direito de expor suas normas e todos chegam num consenso, ajuda muito no cumprimento dessas regras. Conversar com a turma de alunos antes da chegada do aluno com deficiência pode ajudar nesse processo, mais não é regra. O que é mais acertado é estar atento se ocorre alguma atitude de discriminação e poder conversar com os alunos, esclarecendo sobre a deficiência do colega.

Um aspecto a ser comentado é a classificação e rotulação da pessoa com necessidade especial, passível de certas críticas devido ter a deficiência como uma desvantagem, ocasionando discriminação. Na perspectiva da inclusão, esse problema deixa de existir, pois todos estão sob o princípio da igualdade. Logo, cada aluno tem o direito usufruir da convivência familiar, social, econômica, educacional e emocional, conforme o Art.5º da constituição de 1988 onde "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade."

2. METODOLOGIA

2.1. Tipo de estudo e local da pesquisa

Para desenvolver esse trabalho foi escolhido o tema a “Inclusão de alunos com Necessidades Especiais nas séries iniciais do ensino fundamental I”, sendo realizada na escola de Ensino Fundamental Geni Ferreira, localizada na cidade de Sousa – PB.

A escola se deu em função dela ser uma referência em inclusão social na região. O principal problema encontrado na escola segundo a diretora é a falta de preparação dos professores para trabalhar com essas crianças.

A abordagem desse tema surgiu da necessidade de avançar em uma educação de qualidade, respeitando o direito de cada pessoa em crescer como cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres garantidos pela constituição.

Segundo o autor, o pesquisador deve está preparado para a realização do trabalho. O mesmo deve investigar e planejar sobre como vai ser o estudo de pesquisa. A partir disso, o pesquisador de forma direta pode acompanhar o cotidiano dos sujeitos e ver como é sua própria realidade. Assim, a pesquisa vai ser exploratória, envolvendo o estudo dos aspectos quantitativos e qualitativos no que se refere ao tema em questão. Para tal, será feita inicialmente, um reconhecimento dos aspectos estruturais funcionais da escola, seguida de uma investigação de desenvolvimento do processo ensino aprendizagem dos alunos especiais e das dificuldades que se constituem obstáculos ao aprendizado efetivo por parte desses alunos.

2.2. Coleta de dados

Para isso, eu pude organizar diversos dados, registrando a coleta, através de entrevistas, questionários específicos, com questões abertas e com possibilidade de filmagens e gravações.

2.3. População e amostra

A sala do 4º ano onde observei, têm no total vinte e dois alunos, quatro meninos especiais e três meninas, sua faixa etária está entre nove, dez e quatorze anos.

2.4. Análise dos dados

Para essa análise foi realizada uma série de perguntas aos alunos da referida escola para saber sobre o que eles sentiam ao lado das pessoas que os rodeiam assim também como eles se comportavam diante dos mestres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho de monografia observei que a inclusão é um processo de integração que implica sempre uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender mas todos os demais, com isso devemos levar em consideração que a integração escolar pode ser atendida como a diversidade do alunado.

Aprendi que para falarmos de educação inclusiva, faz-se necessário uma breve reflexão sobre a problemática da inclusão social, fazendo com que todas as pessoas especiais se tornem participantes do ambiente social e usufrua de todos os seus direitos como cidadãos.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

QUESTÕES

1 – Como vocês se sentem estudando com esses alunos especiais? Eles são incluídos na sala de aula.

2- De que maneira os professores tratam os alunos especiais? Todos iguais ou há alguma diferença.

3 – Você se sente inferior aos seus colegas? Ou se sente capaz como qualquer outro aluno normal.

4 – Qual foi seu maior problema enfrentado na escola? Como superou.

5 – Qual o melhor método de avaliação pra você? E como se comporta diante dela?

6 – Como foi seu primeiro dia de aula?

Bom

Ruim

Regular

Ótimo

7 – Como são os professores pra você?

Bom

Atencioso

Chato

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GALVÃO FILHO, Teófilo A. e DAMASCENO, Luciana L. **As novas tecnologias e a tecnologia assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial.** Fortaleza, Anais do III Congresso Ibero-americano de Informática na

Educação Especial, MEC, 2002. MATOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**São Paulo: Moderna – 2003.

SHIMID, Patrícia Cavalcante e outros. **Sou especial e estou na escola, e agora? Educação inclusiva de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais:** Rio de Janeiro: Vieira Lent, 2008.

Ministério da Educação (Secretaria de Educação Especial). **Política Nacional de Educação Especial na Direção da Escola Inclusiva, versão preliminar.** Setembro de 2007.

Moreira F.W, “Gramáticas discursivas da educação especial” In: **Psicologia: Ciência e Profissão.** Brasília: vol. 25 número 1, Março 2005.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercomp, 2006.

Brasil. Procuradoria Federal dos Direitos do cidadão. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da Rede Regular.** Brasília, set. 2004.

Inclusão: **Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial.** V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial.

Gestão em Rede. **Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação.** Nº 50 (dez. 2003).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

Deslandes, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: vozes 1994.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 5ª edição. São Paulo. Atlas, 2002.